

A ARTICULAÇÃO ENTRE MATERIALISMO HISTÓRICO E LINGUÍSTICA NA ANÁLISE DO DISCURSO PECHUTIANA: IMPLICAÇÕES/FUNDAMENTOS PARA A INICIAÇÃO CIENTÍFICA À ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO SOBRE DIREITOS E DEVERES LINGUÍSTICOS

THAMYRIS FERREIRA OYARZABAL QUADROS¹; EMANUELY HOLZ DA SILVA²;
JAEI SÂNERA SIGALES GONÇALVES³

¹Universidade Federal de Pelotas – thamiris2402@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – emanuelyhdasilva@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – jael.goncalves@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A Análise Materialista do Discurso (AD), tal como formulada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, caracteriza-se pela articulação entre Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise. Para o autor, a “língua” mantém uma relação intrinsecamente contraditória com a “história” e com os “sujeitos falantes”. Essa relação só pode ser plenamente compreendida a partir de uma perspectiva materialista, que considera os efeitos das relações de classe sobre as “práticas linguísticas”. Tais práticas se inscrevem no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma determinada formação econômica e social e são atravessadas por condições históricas e ideológicas que moldam a produção e a circulação dos sentidos. Nesse processo, as evidências de sentido operam como mecanismo ideológico fundamental para a constituição do sujeito (PÊCHEUX, 2007).

Nessa perspectiva teórica sobre a língua e sobre o discurso, este trabalho está vinculado ao projeto “Análise do discurso jurídico sobre direitos linguísticos e deveres linguísticos na América Latina: questões teóricas e políticas em múltiplas temáticas e sujeitos em um Observatório de Direito Linguístico”, desenvolvido na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) pelo grupo Letras (d)e Lei. O objetivo central da presente proposta de comunicação é demonstrar como a articulação da Linguística com o Materialismo Histórico é imprescindível para o alcance da análise do discurso sobre direitos linguísticos e deveres linguísticos em documentos diversos — como leis, decretos e resoluções — da prática jurídica no espaço de enunciação latino-americano.

A questão central formulada pelo projeto ao qual este estudo teórico se vincula indaga como uma determinada relação entre sujeitos e línguas adquire forma jurídica, enquanto outras relações permanecem à margem. Por exemplo: por que questões como o ensino da linguagem neutra na escola viram objeto de interesse dos legisladores.

Não se pretende, aqui, oferecer respostas a essa indagação, mas traçar um percurso na disciplina que possibilite a compreensão de fundamentos teóricos indeclináveis à abordagem discursiva dos direitos e deveres linguísticos, possibilitando, ao pesquisador de AD em formação, um caminho rumo à compreensão do ponto de encontro entre língua e ideologia, que atua (nessa e em outras instituições) interpelando indivíduos enquanto sujeitos de direito. Assim, nesta apresentação, nosso enfoque é eminentemente teórico e conceitual e busca responder à seguinte pergunta: na iniciação científica em Análise materialista de Discurso, durante a construção da fundamentação teórica, quais

conceitos da teoria são essenciais para o posterior trabalho teórico e analítico do discurso jurídico sobre a língua?

2. METODOLOGIA

Para compreender a articulação proposta por Pêcheux, adotou-se um itinerário de leituras que se inicia com Althusser, no artigo “Aparelhos Ideológicos de Estado” — texto que influenciou profundamente o trabalho de Pêcheux na virada dos anos 1970 — e se encerra, neste recorte, com *Semântica e Discurso*, obra que, segundo Maldidier (2003, p. 54), representa “o grande momento da ordenação dos conceitos” da AD francesa.

Em “Aparelhos Ideológicos de Estado”, publicado em 1970, Althusser propõe que as Ideologias têm existência material e são indispensáveis à reprodução das relações de produção de uma sociedade capitalista. Essas relações implicam, através da ideologia, o reconhecimento dos lugares que cada sujeito ocupa em uma dada conjuntura. Esse processo é efetivado através do mecanismo ideológico de assujeitamento — o indivíduo é interpelado enquanto sujeito e, dessa forma, se sujeita a um Sujeito absoluto —, que se concretiza em práticas cotidianas e rituais de reconhecimento ideológico, realizadas num conjunto de instituições que configuram, finalmente, os aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 2025).

Em seguida, partimos para a leitura de “A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso”, publicado em 1971. Nesse artigo, marcado pela influência da teoria althusseriana, Pêcheux explicita, pela primeira vez, a relação entre língua e ideologia (MALDIDIER, 2003, p.33). Ele lança uma crítica à constituição da linguística enquanto “ciência das ciências”, bem como ao formalismo e ao empirismo, propondo uma “mudança de terreno” teórico que implicaria na superação desses fatores e, finalmente, na adoção de uma perspectiva materialista histórica. O discurso passa, portanto, a ser pensado a partir de suas condições sócio-históricas de produção, compreensão que faz surgir o conceito de formação discursiva, necessariamente comportada por formações ideológicas — palavras mudam de sentido, portanto, a depender das posições ideológicas ocupadas por aqueles que as empregam em uma determinada conjuntura. A partir disso, o filósofo defende uma semântica discursiva, voltada não apenas ao léxico ou à gramática, mas aos processos de organização do discurso em relação às condições de produção (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2024).

Apesar de seus méritos, a formulação para uma teoria do discurso permanecia, aqui, incompleta, tanto no que se refere à língua quanto à ideologia. No plano ideológico, a questão da evidência do sentido e da evidência de que se é sujeito — entendidas como efeitos ideológicos (ALTHUSSER, 2025, p.105) — ainda precisava ser aprofundada por Pêcheux para a constituição de uma teoria materialista do discurso. No plano linguístico, faltava o conceito de interdiscurso, que viria a ser introduzido posteriormente, em *Semântica e Discurso*, articulado à noção de pré-construído (MALDIDIER, 2003, p.34).

No livro “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio” (1975), Pêcheux dedica-se à formulação das bases de uma teoria materialista da linguagem, problematizando as “evidências fundadoras” da Semântica e propondo a articulação entre linguística, filosofia materialista e psicanálise. Por limitação de espaço, nos deteremos em expor, brevemente, algumas ideias centrais de seu terceiro capítulo, “Discurso e ideologia(s)”.

Neste capítulo, Pêcheux retoma Althusser ao analisar as condições ideológicas de reprodução/transformação, mostrando que o discurso só pode ser compreendido em sua inscrição nas formações ideológicas que o sustentam. Ele desenvolve a noção de forma-sujeito, segundo a qual o sujeito se constitui pelo esquecimento das condições que o determinam. Por meio da interpelação, o indivíduo se identifica com a FD dominante, criando a ilusão de autonomia, que Pêcheux denomina, ironicamente, de “efeito Munchhausen” (PÊCHEUX, 1997). Nesse contexto, o conceito de “interdiscurso” mostra que as palavras adquirem sentido conforme seu enquadramento em formações discursivas, articulando-se às noções de “pré-construído” e “articulação”, que estruturam o intradiscurso e produzem a impressão de coerência, ao mesmo tempo em que ocultam as condições materiais que o determinam (p.166-167).

Convém mencionar os dois esquecimentos que instituem a ilusão de autonomia do sujeito falante: um primeiro, que apaga as determinações do interdiscurso, e um segundo, que sustenta, no sujeito, a ilusão de ser a origem do que diz. Desse modo, em síntese, o trabalho de Pêcheux demonstra que o discurso se inscreve necessariamente em formações ideológicas, nas quais o sujeito se constitui ao mesmo tempo em que é atravessado pela ilusão de ser autônomo. Nesse quadro, a língua aparece como base comum de processos discursivos distintos, sempre marcados pelas relações ideológicas de classe que os condicionam (PÊCHEUX, 1997).

Enfim, para compreender o percurso teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD), tomou-se como referência a leitura do artigo “Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso” (FERNANDES; VINHAS, 2019) e do livro “A Inquietação do Discurso” (MALDIDIER, 2003). Ambos os textos apresentam esse trajeto através da história, destacando-se, em especial, a obra de Mالدیدیر, que acompanha o movimento desde as formulações iniciais da Análise Automática do Discurso (AAD-69) até o período marcado pelas desconstruções teóricas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Retomando a questão central deste trabalho, consideramos que o percurso de leitura exposto possibilitou identificar conceitos teóricos basilares para a fundamentação do futuro analista. Entendemos que a análise do discurso jurídico acerca dos direitos e deveres linguísticos deve, em primeiro lugar, considerar as condições históricas e ideológicas de sua produção. Tal perspectiva permite refletir, por ilustração, sobre o fato de que determinadas línguas e variedades linguísticas foram historicamente marginalizadas — e até silenciadas — em detrimento do português enquanto língua oficial ou da variedade considerada prestigiada. Nesse sentido, pensar a forma como deveres linguísticos aparecem, por exemplo, na Constituição Federal, conduz a problematizar os sentidos que esse e diversos outros documentos institucionais fazem operar sobre os sujeitos falantes, interpelando-os também enquanto sujeitos de direito.

O conceito de FD, que define o que pode e/ou deve ser dito em uma determinada conjuntura, é imprescindível para esse fim, bem como o de FI, instância na qual as FDs se articulam, permitindo compreender o discurso como prática inscrita em relações de classe e luta ideológica. Nesse movimento, o intradiscurso configura o fio do dizer do sujeito como se fosse originário, quando, na verdade, oculta o funcionamento do interdiscurso — exterior constitutivo que o sustenta — operando por meio dos mecanismos do pré-construído, que fornece a

dimensão do “sempre-já-aí”, e da articulação, que organiza os sentidos entre interdiscurso e intradiscurso, produzindo a ilusão de continuidade e transparência dos sentidos. Tais conceitos evidenciam que não há discurso fora da ideologia, nem mesmo no campo jurídico, que frequentemente busca sustentar sua neutralidade, mas cuja própria tentativa demonstra os efeitos dos esquecimentos anteriormente apontados.

4. CONCLUSÕES

Por fim, defendemos que o percurso de leituras adotado é produtivo para a compreensão da articulação estabelecida por Pêcheux entre Materialismo Histórico e Linguística, revelando-se, igualmente, eficaz para formação teórica inicial do pesquisador em AD. Esse itinerário permitiu identificar conceitos fundamentais – tais como condições de produção, forma-sujeito, formações discursivas, interdiscurso, intradiscurso, pré-construído e articulação – que fornecem um arcabouço necessário para o posterior trabalho analítico com o discurso jurídico sobre direitos e deveres linguísticos.

Compreendemos que o discurso jurídico, enquanto prática social atravessada por relações de classe, deve ser analisado em seu caráter ideológico e material. O direito, longe de ser neutro, constitui uma forma social que exprime interesses particulares sob a aparência de universalidade, sustentando a dominação de classe por meio de suas instituições e categorias próprias. Assim, inserir o campo jurídico na perspectiva materialista da AD permite desvelar os efeitos de evidência e neutralidade que ele faz funcionar, bem como suas condições históricas e ideológicas de produção. Dessa forma, o percurso teórico adotado demonstra sua pertinência e eficácia, uma vez que prepara o analista para pensar a língua no espaço jurídico enquanto lugar de produção de sentidos (PACHUKANIS, 1988).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

FERNANDES, C. VINHAS, L. I. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão/SC, v. 19, n. 1, p. 133 - 151, 2019.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes Editores, 2003.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PÊCHEUX, M. **A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso**. In. BARONAS, R. L. Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p.13- 32

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.